

# A volta do guerreiro sem qualquer troféu

A cada dia que passa, a cada nova informação que nos chega do Exterior, mais se reforça a nossa impressão inicial de que a decisão do governo Sarney de suspender unilateralmente os pagamentos dos juros de nossa dívida externa, como forma de "pressionar" os credores a aceitar uma negociação "política" do problema dos endividados, foi, além de inoportuna, temerária e, portanto, irresponsável.

Foi inoportuna porque há vários meses os mais altos representantes da comunidade financeira internacional vinham dando sinais claros de que também eles estão convencidos de que a dívida é "impagável" e, por isso mesmo, concordam, em princípio, em que ela deva ser negociada "politicamente", de modo a encontrar novos mecanismos que permitam melhorar a fluência ou até "automatizar", em alguma medida, as formas de pagamento e financiamento dos países devedores. A aceitação desse princípio é generalizada. Dela participou o novo diretor do FMI, Michel Camdessus, que o Brasil ajudou a eleger para o cargo por considerá-lo um "amigo da causa dos devedores" — como, aliás, já era o seu antecessor —, e as autoridades financeiras norte-americanas, entre outras. O diretor do Federal Reserve, Paul Volker, por exemplo, tem manifestado sempre que pode a sua concordância com esta idéia e o secretário do Tesouro norte-americano, James Baker, que, neste aspecto, fala também pelo seu governo, fez mais que isso: apresentou, meses atrás, o Plano Baker, o primeiro mecanismo oferecido no sistema financeiro internacional para facilitar a vida dos países credores de forma automática.

Assim, a decisão brasileira de adotar uma atitude unilateral, infantilmente provocativa e desafiadora, na melhor das hipóteses só poderá atrasar os trabalhos de busca desta nova forma de resolver o problema dos endividados, na medida em que desfaz o clima de simpatia pela tese da "politização" da questão da dívida, criando dificuldades adicionais para as autoridades financeiras governamentais e para os organismos internacionais convencerem os bancos particulares a aceitar a idéia.

Mas, muito pior do que isso, a decisão foi temerária e irresponsável, pelos motivos que enumeramos abaixo: posto o argumento que acabamos de desenvolver, restam muito poucas dúvidas de que pesou mais que tudo, na decisão do presidente Sarney e do seu ministro Delfim Funaro, a esperança de salvar a face do lamentável fiasco do Plano Cruzado, oferecendo ao desinformado povo brasileiro um inimigo externo para arcar com a culpa pelas vicissitudes que começam a amargar em função do fracasso do Cruzado. Não descartamos, até, a hipótese de que esta idéia vinha sendo acalentada pelo ministro Funaro como o "fecho de ouro" de um Plano Cruzado "vitorioso", quando ele se apresentaria à comunidade financeira internacional como "o homem que acabou com a inflação brasileira sem comprometer o crescimento de nossa economia", para então reivindicar — baseado no "sucesso" de seu plano "heterodoxo" — o fim das normas ortodoxas que regem o mundo financeiro internacional.

Nesta condição de "vitorioso", talvez se justificasse a cartada tentada pelo ministro, embora, ainda assim, pelos motivos apontados acima, se pudesse levantar restrições à oportunidade tática de apresentar as coisas como foram apresentadas, posto que não existe, na comunidade financeira internacional, ninguém que conteste frontalmente as reivindicações brasileiras e dos demais devedores. E nós nos alinhamos entre os que continuam acreditando na verdade do ditado popular que afirma que "se consegue pegar muito mais moscas com mel do que com fel"...

Mas, ao jogá-la como um "cruzado" fracassado, coisa que foi insistentemente apontada e denunciada por toda a imprensa internacional, especialmente a dos países atingidos pela suspensão unilateral dos pagamentos brasileiros, o sr. Funaro estava arriscando aquilo que não tinha o direito de arriscar.

Os fatos estão aí: tendo partido para o seu périplo pelas praças credoras do Brasil com uma atitude arrogantemente triunfalista, incentivada pelas alas mais incendiárias e irresponsáveis da esquerda tupiniquim, o ministro volta de mãos abanando, depois de ter ouvido, em todas as capitais por que passou, o mesmo tipo de "pito", ainda que proferido sempre com a maior polidez: "Primeiro pratique uma política séria em seu próprio país, para depois vir nos dar lições; enquanto isso, contente-se com as normas do FMI, com ou sem um acordo formal com ele".

Há ainda um outro lado a condenar na atitude do sr. Funaro. Quando diz, como repetiu ainda no Japão, que "o povo do meu país não aceitaria medidas impostas pelo FMI", o ministro está, mais uma vez, falseando a realidade. Ele está cansado de saber que 99% do "seu povo" — mais que mal-informado, sistematicamente desinformado tanto pelo governo, diretamente, quanto pelos seus agentes explícitos ou disfarçados em uma certa "imprensa" indigna desse nome — nem sequer sabe o que, na realidade, representa o FMI; que tipo de "exigências" ele faz, e se estas "exigências" vão ou não na direção dos interesses desse povo. Afinal, o que o FMI "exige" é apenas que os governos não gastem mais do que arrecadam e não imprimam moeda (e fabriquem inflação) para cobrir a diferença. Não é, portanto, o povo "do ministro Funaro" que não aceita as medidas "impostas pelo FMI". São apenas o ministro Funaro e os políticos, que desfrutam do poder incontestável que lhes confere a férrea ditadura econômica que exercem sobre o "seu povo", que não aceitam essas medidas, por motivos óbvios...

Além do mais, ao "explicar" para o "seu povo" que estava partindo para uma guerra econômica internacional, o ministro Funaro só falou das vantagens que adviriam de uma eventual vitória nessa aventura. Simplesmente omitiu quais seriam as consequências de uma mais que possível derrota, falseando também a sua avaliação sobre as condições objetivas que o Brasil tinha de vencer esta parada. E ele o fez apresentando os nossos "trunfos" pelo lado certo do binóculo, e os "trunfos" dos adversários pelo lado avesso do binóculo. Falava, ainda, no seu sonho de conseguir com o seu gesto temerário a "solidariedade" dos outros países endividados como de uma certeza, quando, na realidade, o que aconteceu foi que todos os outros devedores, especialmente "los hermanos" latinos — mul, mul hermanos, como diria o gordo que não se chama Delfim — se aproveitaram do clima criado pela atitude brasileira para acelerar suas próprias negociações e obter vantagens maiores ainda, que os credores lhes cederam com prazer, exatamente para evitar esta "solidariedade".

Finalmente, quanto àquela história de que "o tempo corria a favor do Brasil, e contra os credores", a realidade também não é bem esta. O Brasil está premido por "prazos fatais" de todos os lados. Agora, em 31 de março, vence, por exemplo, o acordo obtido com os bancos credores que envolve as linhas de crédito de curto prazo que deveriam vencer em meados de janeiro, mas prorrogados em dezembro último. Segundo fontes do Comitê de Assessoramento dos Bancos Credores, "agora, depois das atitudes do Brasil, naturalmente os bancos quererão saber para que servirá uma nova prorrogação, antes de aceitá-la", e estarão à vontade para não renovar as linhas de crédito de curto prazo depois que o Brasil rompeu unilateralmente o acordo conseguido. (Quanto aos pequenos bancos norte-americanos, já falam abertamente em "pular fora".) Por outro lado, o acordo obtido com o Clube de Paris — graças, exclusivamente, à intervenção em nosso favor do governo norte-americano — também está na dependência, para que continue vigendo, de um parecer do FMI favorável ao desempenho da política econômica brasileira, que terá de ser dado impreterivelmente até 30 de junho, embora o governo Sarney continue, mentirosamente, a negar este fato. Há ainda, no meio dessas duas datas (em 20 de maio, 90 dias após a decisão unilateral brasileira), o

obrigados a lançar em balanço, como "perdas", os juros que o Brasil deixou de pagar, fato que poderá provocar uma radicalização intensa de todo o processo...

Acontece que as consequências de uma radicalização seriam muito piores para o Brasil do que para os bancos credores, que sempre poderão ser beneficiados por uma decisão do Federal Reserve de abrir uma exceção na lei como forma de enfrentar a chantagem brasileira, conforme tem sido ventilado em Washington. Em poucas palavras, mesmo com perdas e danos, eles poderão sobreviver sem nós. Mas o Brasil simplesmente terá a sua economia paralisada, se não conseguir, em 31 de março, a renovação do acordo sobre os créditos interbancários de curto prazo dos quais dependem nossas exportações e importações.

É isto que estará tentando obter o presidente do nosso Banco Central, Fernando Gros, que partiu para os EUA para negociar com nossos credores privados com uma atitude bem mais humilde do que a que ostentava, uma semana atrás, o sr. Funaro, que agora regressa de mãos abanando...